

Apresentação

Fabíola Rohden

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

ROHDEN, F. Apresentação. In: *Uma ciência da diferença: sexo e gênero na medicina da mulher* [online]. 2nd ed. rev. and enl. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2001. Antropologia & Saúde collection, pp. 13-27. ISBN 978-85-7541-399-9. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Apresentação

Dá a natureza dois momentos divinos à vida da mulher: o momento da boneca – preparatório –, e o momento dos filhos – definitivo. Depois disso, está extinta a mulher.
Monteiro Lobato, Negrinha, 1920

Este livro parte de uma inquietação a respeito da obsessão com a definição das diferenças entre homens e mulheres. Em pleno século XXI assistimos a uma proliferação surpreendente de discursos que reafirmam essas supostas diferenças. Seja em matérias na grande mídia, seja em publicações científicas, parece haver uma necessidade premente de demonstrar e comprovar como teríamos marcos naturais intransponíveis que assegurariam uma distinção radical entre os gêneros, traduzida em termos de características vinculadas ao sexo biológico. O idioma utilizado varia, passando da anatomia mais geral a elementos cada vez mais precisos como hormônios, neurônios ou genes. Mas, em comum, temos a permanência de uma busca pela substancialização da diferença que cada vez mais vai se aprimorando. Esse fenômeno, mais do que ilustrar os progressos da ciência, reflete a determinação das contingências políticas e culturais na configuração dos focos centrais de interesse de nossa sociedade que têm origem na construção do dualismo entre natureza e cultura.

A diferença percebida entre homens e mulheres faz parte do conjunto de temas centrais a partir do qual cada sociedade se pensa a si mesma e propõe suas formas de organização social. Assim como o parentesco, por exemplo, as relações entre os gêneros constituem um nódulo fundamental em torno do qual se articula uma série de preceitos indispensáveis para a vida em sociedade. As concepções a respeito dessa diferença variam enormemente entre cada sociedade e também com o passar do tempo. E, evidentemente, estão intimamente relacionadas com muitos outros fatores que imprimem as marcas características de cada forma de organização social. Estas concepções, ao mesmo tempo em que são determinadas por esses outros fatores, também interferem neles, influenciando nos possíveis caminhos a serem seguidos.

Este trabalho analisa a construção de uma determinada concepção de diferença entre os sexos e os gêneros que se produz no contexto das significativas transformações socioeconômicas que caracterizaram o século XIX. Fenômenos como a industrialização, a crescente urbanização, os grandes empreendimentos científicos e tecnológicos, a entrada mais efetiva da mulher no mercado de trabalho, o surgimento de movimentos

de reivindicação de direitos (calcados nos ideais de igualdade e liberdade herdados da Revolução Francesa) que singularizaram a época, implicaram, como não poderia deixar de ser, na criação de novas possibilidades de relação entre homens e mulheres. Sobre-tudo a propagação de um ideário feminista, baseado no direito à educação e ao trabalho, requeria mudanças nas concepções a respeito das relações de gênero vigentes. A rígida diferenciação de características e papéis sociais tradicionalmente atribuídos a cada sexo já não dava conta de traduzir as novas atitudes e comportamentos concretos. É claro que sempre houve variações no que se refere às concepções de gênero tradicionais na sociedade ocidental. Por exemplo, embora mais restritas ao mundo doméstico, do lar e da família, as mulheres sempre estiveram presentes também no mundo público. Da mesma forma, os homens que predominantemente exerceram atividades no mundo público também sempre estiveram presentes no mundo privado. Na verdade, é muito difícil separarmos essas duas esferas de interação social. Mas, o que acontece de forma mais significativa a partir do século XIX é que se geram condições mais favoráveis para a implosão dessa divisão sexual de trabalho particular.

Esse processo, por demais complexo para ser possível resumi-lo aqui, deu origem a novas tentativas de entendimento e ordenação dos acontecimentos e reivindicações, tão significativos para a época. Uma delas pode ser reconhecida na medicina. Analisando os escritos médicos do período, pode-se perceber que há um enorme esforço por parte dos médicos em propor uma clara distinção entre os sexos e também com relação às funções e características socialmente atribuídas a cada um deles. Os artigos, livros e teses de medicina nos dão a impressão de que os médicos percebiam como absolutamente necessário tratar da questão da diferença entre homens e mulheres, esclarecendo as razões de sua existência e mesmo prescrevendo o que seria condizente com as qualidades intrínsecas ao sexo masculino e ao sexo feminino. No contexto das mudanças que eram entendidas como uma forte ameaça à forma de relações entre os gêneros em curso naquele momento, redefinir ou mesmo reafirmar as bases da diferença parecia fundamental.

É nesse sentido que a medicina e, em particular, as especialidades dedicadas à mulher e à reprodução, como é o caso da ginecologia, se converte em uma verdadeira 'ciência da diferença'. O argumento central, que perpassa boa parte dos trabalhos da época e também justifica as intervenções concretas, diz respeito a uma distinção natural, de caráter biológico e pré-determinado entre os sexos. Homens e mulheres seriam naturalmente distintos nas suas características físicas e também nas suas características morais ou psicológicas. Além disso, as qualidades atribuídas a cada um e as suas funções sociais são descritas com o mesmo grau de determinismo que suas funções fisiológicas. O gênero parecia irremediavelmente colado ao sexo a partir de uma única e invariável direção.

Contudo, justamente o mais intrigante é que, apesar de natural, biológica e pré-determinada, a diferença mostrava-se também instável e passível de ameaças. Intervenções originadas no mundo da cultura, como a educação e o trabalho, poderiam alterar e mesmo 'perverter' a diferença tida como natural. Ao se deter com cuidado nos textos médicos percebe-se que ser natural não significava necessariamente ser definitivo ou

estar garantido *a priori*. É exatamente em virtude dessa tensão que os médicos vão se preocupar tanto em ‘proteger’ o processo de concretização da diferença. Como legítimos tradutores dos desígnios naturais, esses homens de ciência vão se esmerar em tentar garantir que nada prejudique o rumo ‘natural’ dos acontecimentos, que teria como resultado final a geração de uma mulher bem preparada para assumir o papel de mãe e esposa e de um homem capaz de ser um provedor competente. É esta concepção, de um destino dado pelo sexo que é ‘natural’ e sem escapatória, mas ao mesmo tempo profundamente ‘preparado’, que está tão sucintamente ilustrada na epígrafe. Nela, Monteiro Lobato define a vida da mulher exclusivamente a partir do preparo, realização e extinção da função reprodutiva, tarefa valiosa, ou mesmo ‘divina’, que exige um aprendizado sabiamente providenciado pela própria natureza.

Quando esta investigação foi iniciada tinha-se como objetivo estudar a lógica de determinados valores e comportamentos relativos ao gênero e à sexualidade na sociedade contemporânea. O ponto de partida, portanto, era esta própria sociedade. Aliás, torna-se desnecessário dizer que é impossível que seja de outra forma. Tendo a perspectiva antropológica como orientação, o caminho mais coerente e eficaz parecia ser o distanciamento e a adoção de um ponto de vista comparativo. Tinham-se então duas possibilidades: um recuo espacial por meio do estudo de outra sociedade ou um recuo temporal, estudando nossa própria sociedade em outros tempos. Evidentemente, apesar de algumas afirmações em contrário, essas duas possibilidades de projetos de conhecimento são radicalmente distintas e com implicações diferenciadas. No primeiro caso, a perspectiva de comparação é sincrônica; pode-se tentar identificar certos princípios, traços ou padrões que, por meio do contraste, permitem suspender o entendimento mais corriqueiro que fazemos de nossos comportamentos e chegar a novas interpretações, que não seriam possíveis de outra forma. No segundo caso, a comparação ‘nós/eles’ se estabelece diacronicamente, pautada pela busca da gênese de determinados fenômenos, pelas rupturas e continuidades. Mesmo que se queira em um caso ou no outro misturar as perspectivas, é óbvio que não há, por exemplo, como estabelecer traços de ruptura e continuidade histórica no primeiro ou fugir do fato de que há certo tipo de continuidade no segundo. Embora, talvez seja preciso lembrar, que não basta que algo tenha o mesmo nome para ser a mesma coisa – engano nominalista que pode ser muito mais perigoso (embora não exclusivo de) quando se trabalha com a história de uma sociedade.

Se do ponto de vista da perspectiva em jogo tem-se essa enorme diferença, é claro que metodologicamente os caminhos não poderiam ser os mesmos. No tocante ao que se poderia chamar de trabalho de campo tradicional, o que se pretende é uma espécie de imersão na sociedade que se está estudando durante o tempo que for necessário para desvendar as mais profundas redes de significados. Embora também podendo lidar com a dinâmica de uma história do grupo e, por exemplo, com a perda de certas informações, é muito diferente da outra situação que se está tratando. Bem ou mal, e evidentemente em constante processo de mudança, a sociedade a qual se estuda ‘está viva em algum lugar’.

Quando se está tratando de estudos históricos, essa sociedade já não existe mais. Não se pode dizer, por exemplo, que algo como a ‘sociedade brasileira’ do começo do século XXI é a mesma de meados do século XIX. Portanto, aquela imersão no campo não pode existir. O antropólogo que lida com a história da sociedade ‘ocidental’ ou ‘moderna’ tem a seu dispor, a princípio, apenas uma caixa de documentos, que podem variar muito quanto ao tipo (registros escritos ou fotográficos, por exemplo) ou quanto à abrangência temporal (uma única carta pontual ou uma longa série de processos judiciais). Não é possível observar ou sequer tentar uma nova entrevista para dar conta de entender um evento que fica incompreendido. Há apenas o que se foi deixado e que exatamente por isso tem um significado particular. Esquecer desses variados e talvez infinitos filtros por meio dos quais passaram os documentos é ter um ponto de partida equivocado. Existe uma série de tentativas de solução para os problemas, para os vácuos que surgem entre um dado e outro, mas são de outra ordem. Buscar a maior variedade possível de fontes e lidar de forma flexível com os períodos e os múltiplos fenômenos que se correlacionam parece ser a saída mais satisfatória.

Talvez a questão que se coloque a partir daí é que se existem diferenças tão profundas, em que medida se está falando da mesma coisa, em que medida se está falando de fazer antropologia? Considera-se que há um ponto de partida e uma perspectiva metodológica que são comuns e que diferenciam a produção antropológica, mesmo histórica, das outras disciplinas. Esse ponto de origem é o que se poderia traduzir, fazendo-se uso da famosa expressão de Mauss, por buscar estudar e entender “fatos sociais totais”. Nas prescrições metodológicas que faz no *Ensaio sobre a Dádiva*, Mauss, notadamente se dirigindo a historiadores e etnógrafos, propõe que as investigações se concentrem nesse tipo de fatos que:

(...) põem em movimento, em certos casos, a totalidade da sociedade e de suas instituições (potlatch, clãs enfrentados, tribos que se visitam, etc.) e, em outros casos, somente um grande número de instituições, em particular quando essas trocas e contratos dizem respeito de preferência a indivíduo. (Mauss, 1974:179)

O autor acrescenta que todos esses fenômenos são ao mesmo tempo jurídicos, econômicos, religiosos e mesmo estéticos, morfológicos etc. e que:

São, portanto, mais do que temas, mais do que elementos de instituições, mais do que instituições complexas, mais até do que sistemas de instituições divididas por exemplo em religião, direito, economia, etc. São ‘tods’, sistemas sociais inteiros cujo funcionamento tentamos descrever. (Mauss, 1974:180)

Mauss chama a atenção ainda para a necessidade de se estudar as sociedades em funcionamento, em seus estados dinâmicos ou fisiológicos e não as concebendo como sistemas fixos ou estáticos. Dessa forma, afirma que se deve observar a vida social concreta a partir do “movimento do todo” – recomendação que estende a outras ciências sociais, quando questiona a observação do comportamento humano através

da divisão em faculdades (Mauss, 1974: 180-181).¹ Essa noção de que os fenômenos sociais estão intimamente correlacionados e de que é preciso tentar captá-los no seu conjunto ou que sempre é necessário buscar as relações mais amplas implicadas em cada evento pode ser vista como algo que tem caracterizado de forma particular os trabalhos antropológicos.

Quanto à questão metodológica, sugere-se que há uma ‘inspiração etnográfica’ que marca tais trabalhos. No caso do trabalho de campo tradicional, em outra sociedade, não há dúvidas sobre a centralidade da etnografia.² Quando se trata de um trabalho histórico, o papel do antropólogo é tentar lidar com os registros seguindo essa inspiração. Isso quer dizer, em primeiro lugar, que não pode se ater a um recorte estrito do objeto, feito *a priori*. Não pode imaginar que vai obedecer a um limite temporal ou de pesquisa de fontes pré-estabelecido. Na tentativa de entendimento dos fenômenos de uma perspectiva mais ‘total’, precisa seguir o recorte que é imposto pelo seu próprio ‘percurso etnográfico’. Na prática, significa seguir todas as pistas dadas (ou o máximo que conseguir) nos registros que indicam para a possibilidade de um entendimento mais profundo do fenômeno que está estudando. Isso pode implicar tanto o recurso a novas fontes quanto o alargamento do período, para que possa dar conta de estabelecer o mínimo de correlações necessárias. É óbvio que mesmo fazendo isso nunca chegará a concluir uma ‘etnografia’ daquela sociedade perdida no tempo, mas conseguirá sair da mera narrativa dos acontecimentos e se aproximar de uma interpretação que poderá dizer algo sobre sua lógica de funcionamento.

Nessa hora, a de dizer o que internamente caracteriza a antropologia como um todo, sempre vem à tona o modo como externamente se posiciona diante das outras disciplinas e nesse caso em particular, da história. Esse debate é antigo e amplo demais para ser tratado aqui.³ Acredita-se que tomando um campo de estudos mais específico possa ser feita uma reflexão mais produtiva. Nos últimos anos tem-se notado uma distinção muito nítida entre os trabalhos que têm tratado de investigar os temas do gênero e da sexualidade, sobretudo considerando o período que vai das grandes transformações (ou pelo menos da revolução de idéias) ocorridas no final do século XVIII até a passagem do século XIX para o século XX. Identificam-se basicamente duas grandes correntes. A primeira é de trabalhos, em sua maioria produzidos na década de 1980, predominantemente por historiadores franceses, que apresentavam, a partir dos mais diferentes enfoques, a maneira com que se davam as relações de gênero, descreviam valores e atitudes relacionados à sexualidade ou mais freqüentemente, narravam diferentes aspectos da ‘história das mulheres’.⁴ Esse conjunto de trabalhos, que tem o grande mérito de inaugurar e legitimar uma área de estudos até então um tanto obscurida e que descortinou uma enorme massa de informações, parece não chegar às últimas conseqüências no que se refere às possibilidades analíticas que introduz.⁵

Contudo, há um conjunto de obras, produzidas por pesquisadores de origem anglo-saxã das mais variadas formações, em sua maioria editadas na década de 1990, que discute a natureza das relações de gênero e mesmo o tema da essência ou construção do sexo e do gênero, ao lidar com objetos históricos mais específicos. Uma característica comum a esses trabalhos é a percepção de que o gênero é uma categoria fundamental

para o entendimento de qualquer sociedade e para a compreensão de uma sociedade como um todo. Ao se falar de sexo e gênero está se falando da lógica de funcionamento de cada sociedade, seja qual for o evento ou a faceta que se está enfocando de maneira mais detida.⁶ Essa perspectiva, identificada pelos autores desses trabalhos como de origem antropológica, se alia a pelo menos duas outras grandes influências. A primeira é a obra de Michel Foucault, cujo impacto nesse campo foi grande não só por ter redirecionado os estudos sobre sexualidade, mas também pela sua nova maneira de lidar com a história. Dentre os pontos comuns que se remete a Foucault estão a necessidade de perceber a construção social das idéias e práticas em torno do sexo e a consideração dos eventos como processos a partir de suas múltiplas e infinitas causas.⁷

A outra influência significativa desse campo é a chamada crítica feminista da ciência, que tem levado a um aprofundamento das discussões epistemológicas. Essas discussões se traduzem não só no debate em torno da possibilidade de se fazer uma ciência menos marcada por uma determinada hierarquia de gênero (o que faz com que se discuta a própria natureza da produção atual) quanto em uma nova abordagem, que tenta ser menos ingênua, no estudo dos registros históricos ou particularmente na história da ciência. Esta última tem sido um dos temas privilegiados dos estudos de gênero nos últimos anos.⁸

Tendo por base essas e outras influências, esses trabalhos centrados no estudo histórico do par sexo/gênero têm como características metodológicas uma flexibilização nos recortes dos temas e objetos, uma preeminência da contextualização e de uma busca da totalidade, além de uma crítica mais radical das fontes. No entanto, as perguntas-chave desses estudos cada vez mais incorporam uma questão fundamentalmente antropológica que é a relação entre natureza e cultura. Estudos como os de Jordanova (1989), Laqueur (1992) ou Matus (1995), para citar apenas alguns, têm como pano de fundo para analisar a história da ciência, da medicina ou da literatura a forma com que a sociedade que estudam lida com a elaboração da dicotomia natureza/cultura. Saber de que maneira, o que e por quem é definido o que é da ordem da natureza ou da ordem da cultura é fundamental para se discutir como se constrói a relação entre sexo e gênero. No caso de Laqueur (1992), por exemplo, embora discutível, a hipótese de que também o sexo é uma construção que tem um determinado percurso histórico na sociedade ocidental, certamente, é bastante frutífera ao produzir novas indagações não somente restritas ao plano da construção do gênero. Esse exemplo mostra que estamos muito longe de um tipo de história mais tradicional. O objetivo não se limita a produzir um conhecimento sobre como as coisas eram em um determinado momento e lugar, mas sim trazer subsídios para se pensar na ‘manipulação’ que cada sociedade faz de determinadas categorias centrais para sua organização. Embora para esse conjunto de trabalhos a distinção disciplinar não pareça ter muita importância diante do compartilhamento de certos pressupostos, as pretensões explicativas, talvez se possa dizer, são de natureza mais antropológica.

A pesquisa realizada implicou na adoção desse tipo de perspectiva. Cada vez mais parecia impressionante como certos valores e representações em torno do gênero

sustentavam determinadas práticas e intervenções corporais. Sobretudo a medicina, em particular a medicina dedicada à mulher, se apresentava como um terreno instigante. Começou-se a pesquisar a maneira pela qual, historicamente, a medicina tratava homens e mulheres. Em outras palavras, como a produção científica moderna articulava sexo e gênero ou os supostos dados naturais relativos ao sexo e as representações sociais em jogo. Não foi difícil descobrir algumas diferenças fundamentais que se cristalizam durante o século XIX, quando a medicina passa a ser definida como a grande ciência capaz de traduzir para a sociedade os desígnios naturais, com base em métodos considerados objetivos e racionais. Naquele momento, eram os médicos que podiam discursar quase que exclusivamente sobre a diferença sexual, concebida como eminentemente biológica. É no decorrer do século XIX que a medicina passa a se preocupar de maneira mais intensa com o campo da sexualidade e da reprodução, o que se traduz no desenvolvimento de especialidades como a obstetrícia e no surgimento da ginecologia.

A obstetrícia, ramo da medicina dedicado aos fenômenos envolvendo a geração e o parto, ganha um forte impulso a partir do século XIX. Porém, é a ginecologia que aparece como a grande novidade, pois era apresentada como ‘o estudo da mulher’, em sentido amplo. A pergunta mais óbvia era por que existia um estudo da mulher e não um estudo do homem, já que a andrologia, que seria o correspondente da ginecologia, só passa a ganhar seus poucos adeptos no século XX. Esse fato, de a mulher ser um objeto de estudo por natureza, que tinha origem em uma intensa busca de delimitação da diferença entre os sexos, e em decorrência disso estar sujeita a determinados tipos de intervenção corporal, acabou se tornando o tema inicial de pesquisa.

Procurou-se dar conta do problema avançando primeiramente no mapeamento da história da ginecologia e da obstetrícia e também da andrologia e urologia – como exigia a adoção de uma perspectiva de gênero relacional e comparativa –, considerando tanto os marcos de institucionalização quanto as mudanças nos conceitos e práticas. Para tanto, analisou-se um bom conjunto das teses apresentadas na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro entre as décadas de 1830 e 1940, além de livros, artigos e alguns periódicos especializados.

Na escolha do material analisado, privilegiou-se aquilo que seria, a princípio, menos relativo ao discurso moral empreendido pela medicina da época e mais o que seria estritamente ‘médico’ ou ‘científico’. Isso implicou na seleção de trabalhos que tratavam, por exemplo, das diferenças anatômicas entre homens e mulheres, da função da menstruação, dos tipos de tratamento empregados na cura das doenças, em especial as cirurgias. O interessante é que também nesses estudos que tratavam de temas que seriam mais ‘técnicos’, enfocados partindo-se de observações dos dados biológicos, se configurava um conjunto de verdadeiras orientações morais. A ginecologia se apresentava então como uma ciência que, com base em supostos dados naturais, descrevia e mesmo prescrevia os papéis sociais adequados para homens e mulheres. A um determinado corpo corresponderia um determinado tipo de comportamento. As principais características dessa produção eram a ênfase na diferença sexual, constituída, sobretudo, desde a associação entre a mulher e a maternidade e a análise das desordens decorrentes das tentativas de rompimento com a separação de papéis. No caso da

mulher, em especial da mulher das classes mais altas, mais uma vez, tratava-se dos problemas advindos com a recusa da maternidade (por meio do uso de contraceptivos e da prática de aborto ou infanticídio) ou da adoção de comportamentos tidos como masculinos (como a demonstração de uma sexualidade ‘agressiva’ ou a insistência em trabalhar fora de casa).

Diante desse quadro, confirmou-se a necessidade de se acompanhar detidamente o movimento de permeabilidade entre a produção científica e o contexto cultural em jogo e investigar com cuidado a articulação entre a produção médica, como um saber que se debruçava sobre o sexo biológico, e os modelos de relações de gênero em curso na época.

A forma de fazer isso era buscar eventos que pudessem dar uma dimensão mais propriamente concreta ou cotidiana das intervenções propostas por esses ramos da medicina. Isso implicava sair do plano mais oficial, da doutrina, das instituições, dos nomes famosos e dos grandes feitos para entrar nas conseqüências práticas na vida das pessoas. Portanto, escolheu-se a produção médica como ponto de partida, mas, por fim, adentrou-se também em outros domínios, nos quais as concepções médicas ou a participação de médicos como personagens importantes ganhavam destaque. Foi o caso das incursões no mundo jurídico-policial e nas políticas de Estado.

O trabalho se constituiu então, primeiramente, no mapeamento das origens, das disputas e dos significados em torno da existência de uma ‘ciência da mulher’ e da significativa ausência do que fosse correspondente para o caso do homem. Foi necessário lidar com os desenvolvimentos técnicos, científicos e institucionais que permitiram o grande impulso da medicina no século XIX e inclusive a sua divisão em diversos campos. Descobertas como a assepsia e a anestesia, fenômenos como a proliferação dos hospitais, das instituições de ensino e da imprensa médica foram também as bases para os avanços da ginecologia no Brasil. Faz-se necessário dizer que o clima intervencionista do higienismo e a intensa preocupação com a população em termos de quantidade e ‘qualidade’ e a relação disto com a constituição do Estado-nação brasileiro também influenciaram a conformação da chamada ciência da mulher. Ao mesmo tempo, como a ginecologia tratava de um assunto bastante delicado do ponto de vista moral e previa procedimentos que facilmente poderiam ser vistos como indecorosos, também sofreu uma série de pressões e dificuldades que colocavam em xeque a sua legitimação. Esse tipo de dificuldades, as quais têm origem no sistema de gênero e na noção de honra em questão, tiveram como uma de suas implicações a entrada das mulheres na profissão médica, no Brasil, na década de 1880.

À medida que se tentava juntar as peças desse panorama geral também havia dedicação ao trabalho com os textos médicos, em especial às teses da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Nesse material pôde-se detectar que quando tratavam de assuntos como puberdade, menstruação ou menopausa os médicos tentavam delimitar de maneira bastante rígida as diferenças entre homens e mulheres. É preciso lembrar que essa preocupação com a diferença tinha como pano de fundo, por um lado, o contexto de mudanças sociais em curso principalmente na segunda metade do século XIX. Por outro, têm destaque os debates científicos da época, que se concentravam na

elaboração de grandes teorias e métodos que permitiriam classificar e estabelecer fronteiras entre povos, raças, sexos. A mulher, assim como as crianças e os chamados ‘primitivos’ eram os alvos privilegiados dessa ânsia classificatória que caracterizava a ciência desse período.

Ao mesmo tempo em que o tema da diferença se destacava, nas teses estava também sempre presente uma preocupação com as desordens relacionadas ao rompimento dos limites que estabeleciam as diferenças entre homens e mulheres. Não é sem razão que a histeria passa a ser um dos temas mais tratados, ao lado de outras perturbações como a ninfomania, a erotomania ou a masturbação. O central nos estudos que lidam com esses assuntos é que os sintomas descritos – como a manifestação de revolta, de exagerada inteligência, desapego em relação à maternidade ou aos filhos e de desejo sexual fora dos padrões tidos como normais – são apresentados como tendo uma origem no mau funcionamento dos órgãos reprodutivos femininos. E para o tratamento desses problemas a ginecologia propunha soluções que iam da reclusão em hospitais de alienados até a cirurgia de extração de ovários, por exemplo.

Enquanto se avançava na análise dos textos médicos, percebeu-se que era preciso seguir na busca de eventos que ilustrassem se, e como, essas concepções tinham implicações concretas. Concluiu-se que o melhor caminho a seguir era aprofundar o estudo de um caso com o qual se teve a sorte em se deparar logo no início da pesquisa e que perseguiu esta autora pelo restante do trabalho. Trata-se das polêmicas envolvendo o médico Abel Parente a partir de 1893, em razão de ter inventado um método de esterilização voluntária de mulheres. Segundo a elite médica, juristas e homens públicos importantes da época, graves conseqüências físicas, morais e sociais poderiam decorrer desse tipo de intervenção no corpo feminino.

Para além das inúmeras possibilidades analíticas que o caso oferece e dos vários temas que coloca em discussão, é preciso destacar o debate em torno do caráter natural ou social da maternidade e sua importância na manutenção da ordem social vigente. Um dos principais argumentos utilizados nas acusações contra Abel Parente era o fato de que as mulheres que tivessem acesso a algum tipo de contraceptivo eficaz, como a esterilização, abandonariam o lar, o marido e os filhos. Segundo o dr. Publio de Mello (1893), que formulou o protesto inicial na Sociedade de Higiene do Brasil, era apenas o receio da concepção que mantinha as mulheres casadas. Se pudessem praticar sexo sem o risco de uma gravidez, o resultado seria o avanço desenfreado da prostituição e o fim da família e, conseqüentemente, da sociedade. Outro tema que aparece nos debates envolvendo o caso é a suposição de que uma intervenção ginecológica como a esterilização poderia levar as mulheres a perder a sua sanidade mental, concepção bastante corriqueira na medicina da época. Além disso, toda a discussão em torno do caso Abel Parente passava pela suposição de que seu método de esterilização implicaria no uso de técnicas abortivas.

A referência ao tema do aborto era tão insistente parecia impossível não tentar entender minimamente as implicações disso. Nos textos médicos havia várias referências a respeito. Mas supôs-se que uma investigação nos processos judiciais envolvendo eventos dessa ordem poderia ser frutífera. Na verdade, foi muito mais do que

se imaginava – o que trazia ganhos, mas também problemas para o escopo da pesquisa. Pesquisando no Arquivo Nacional, descobriu-se um conjunto precioso de inquéritos e processos envolvendo os crimes de aborto e infanticídio, categorias que na prática muitas vezes se confundiam. Aquele material não só era importante para compreender o que vinha estudando até então, mas revelava uma nova dimensão, uma nova possibilidade de análise da questão da importância da reprodução e da maternidade na definição da diferença entre os sexos. Chegou-se à conclusão de que valia o esforço em dar seguimento a mais esse enfoque. Sobretudo nos casos envolvendo o crime de infanticídio, houve surpresa com novos exemplos concretos de articulação das concepções médicas a respeito da associação entre problemas nas funções ou nos órgãos reprodutivos femininos e perturbações mentais.

Para resumir de forma rápida o que se pôde perceber com os casos estudados e com o mapeamento das discussões jurídicas em torno desse tema, pode-se dizer que o infanticídio – ou seja, o crime da mãe que mata o próprio filho – parecia tão absurdo aos olhos daqueles que estabeleciam as normas e o andamento dos casos (como delegados, juízes e médicos legistas), que imediatamente e mesmo sem indícios de qualquer ordem evocavam a tese da loucura puerperal. Para aqueles que tentavam defender uma ordem social baseada na diferença entre os sexos, que por sua vez tinha como pilar de sustentação a associação entre as mulheres e a reprodução, era praticamente impossível admitir publicamente um ato como o infanticídio ou como o aborto, que explicitavam de forma dramática a recusa da maternidade.

A incorporação desses novos eventos e dessas novas discussões contribuía para uma percepção um pouco mais pluralista do tema que se estava estudando. Contudo, ao mesmo tempo se ampliavam as problemáticas com as quais seria preciso lidar. Ao ser estudada a questão do aborto, do infanticídio e do controle da natalidade de um modo geral foi-se percebendo como existia um debate mais amplo em torno da questão da população que muitas vezes modulava o que estava sendo dito nos processos judiciais ou nas teses de medicina.⁹

O ponto fundamental parecia ser o fato de que o controle da natalidade e principalmente o aborto e a contracepção passam a ser discutidos não apenas em função das conseqüências que representavam para os indivíduos que os praticavam, mas em relação ao que implicavam em termos de uma ameaça ao crescimento da nação. Esse panorama se complexificaria bastante na medida em que a grande questão da população começava a ser pensada também a partir da eugenia. Os temas da natalidade e da ‘higiene da raça’, expressão que se tornaria muito comum,¹⁰ estavam na ordem do dia dos debates, não apenas entre os médicos, mas entre homens públicos, intelectuais e ativistas. O enfoque na quantidade e ‘qualidade’ da população com vistas ao futuro da nação passaria a caracterizar especialmente a relação entre medicina e poderes públicos.

Foi possível notar ao longo do tempo certa redefinição no discurso médico que enfatiza cada vez mais o papel da mulher em virtude de sua importância para a nação. Isso reflete uma aproximação maior da medicina com o Estado. Mas também diz respeito a uma série de outros desenvolvimentos em curso já no início do século XX, como uma forte presença das idéias eugênicas, a propagação dos métodos de

controle da natalidade, o trabalho feminino fora de casa, a organização das mulheres reivindicando direitos e a importância adquirida pela questão da população e da raça.

Mais uma vez seguindo as indicações fornecidas pelo próprio material e buscando uma apreensão mais abrangente do tema estudado pesquisou-se essa aproximação da medicina com o Estado, na medida em que envolvia mais diretamente a questão da reprodução, o que obrigava também a considerar o papel de destaque das teorias eugênicas naquele momento. Essa busca acabou chegando até a década de 1930, quando alguns vetores do processo de construção de uma imagem feminina a partir da reprodução vão se acentuar e dar um tom bastante específico ao quadro que vem se desenhando desde o século XIX. Não foi intencional o fato de se estudar detalhadamente o que aconteceu nessa década, repleta de grandes movimentos. No entanto, algumas articulações pareciam tão significativas a partir da perspectiva deste trabalho que não poderiam deixar de ser consideradas.

Pode-se dizer que o grande ‘caso’ descoberto nessa etapa foi a realização do Primeiro Congresso Brasileiro de Ginecologia, ocorrido no Rio de Janeiro em 1940.¹¹ Este evento chama a atenção não só por ter sido realizado sob os auspícios do governo Vargas, contando com a presença do ministro Capanema, mas por ter entre os temas centrais a proteção da maternidade e da infância como condições imprescindíveis para o desenvolvimento do ‘capital humano’ da nação. O Congresso, acontecimento repleto de muitos significados, parecia representar, de certa forma, o ápice de um processo de conexão entre o pensamento médico sobre a mulher (e também sobre a maternidade, o sexo e a reprodução), a noção de uma medicina intervencionista e bastante próxima do Estado e a propagação mais acentuada das idéias eugênicas. Contudo, finalmente, este novo contexto parecia representar também o ponto de partida para uma outra história, para uma outra pesquisa, que envolveria novos processos em jogo.

Mas, o importante é que, embora se considerando que a busca de novos enquadramentos para os problemas que se está estudando é sempre necessária e possivelmente infinita, depois do percurso feito, achava-se que pelo menos algumas questões fundamentais tinham sido esclarecidas. Havia sido possível traçar uma rede interpretativa convincente com as variadas linhas de significado que apareceram ao longo das pistas seguidas.

Acredita-se que para sustentar esse tipo de enfoque seja preciso olhar para os documentos de uma forma particular, tentando entender como se encaixam em um todo mais amplo e procurando descobrir as conexões que estão por trás da confecção dos registros. Mais do que contextualizar os documentos, trata-se de estabelecer correlações mais abrangentes, articulando fenômenos de ordem aparentemente distinta. Muitas vezes, ao fazer isso, escapamos das relações permitidas somente com provas textuais consideradas mais legítimas, mas ganhamos no alcance interpretativo que deve ser, por natureza, sempre discutível e provisório.

Com isso volta-se ao debate inicial, sobre o que caracteriza a produção antropológica. Ao tratar dos usos que se faz de noções como sexo, gênero, reprodução ou maternidade e, sobretudo, dos significados atribuídos a cada uma dessas categorias não se está apenas tratando de descrever como historicamente se construíram esses

conceitos. A intenção é tentar melhor entender a lógica de funcionamento da sociedade da qual está se falando. E para chegar a isso, a dimensão comparativa é sempre um recurso fundamental. Ter esta dimensão em mente, ao mesmo tempo em que se procura sempre os múltiplos fios de entendimento dos processos e que se busca compreender os fenômenos tendo por base sua ‘totalidade’ seriam alguns dos pontos comuns a partir dos quais se pode falar no fazer antropológico, mesmo que os objetos analisados estejam do outro lado do mundo ou no outro século.

Contudo, vale lembrar mais uma vez que, em um trabalho histórico, além de entender certos aspectos do funcionamento da sociedade em um dado momento, é também possível ter alguns indícios sobre a gênese de determinadas categorias que se emprega hoje. É bom enfatizar que se trata apenas de pistas, que só podem ser úteis se incorporadas em uma análise abrangente e detalhada do contexto que se está analisando. Nesse sentido, estudos que, por exemplo, focalizam a questão de gênero no século XIX podem contribuir muito para que se tenha uma análise mais profunda dos padrões de relações de gênero em vigor atualmente. Isso é possível em razão do contraste entre o que uma sociedade concebe em um momento e em outro – o que proporciona um realce das semelhanças e diferenças. Mas, também, porque é possível tentar identificar as rupturas e continuidades de determinados fenômenos. Pode-se, entre outras coisas, tentar observar mudanças nos comportamentos e valores a eles associados, considerando determinados campos como, por exemplo, o do comportamento sexual e reprodutivo. Nesse caso, o processo de análise comparativa necessariamente teria que levar em conta ‘inovações’ como a descoberta de novos meios e a propagação dos antigos métodos de controle da natalidade – este seria apenas um entre uma série de fatores importantes. O contraste e a busca de fios que permitem identificar rupturas e continuidades levam a uma recuperação da trajetória ou da história dos fenômenos que contribui efetivamente para sua compreensão.

Certamente um outro gênero de análise correlacionado a esse, e que pode levar a um entendimento mais ‘total’, é a procura das variações históricas no uso que a sociedade faz de determinadas categorias que são fundamentais para a sua organização. Aqui está se falando, por exemplo, da oposição entre masculino e feminino ou da dicotomia natureza/cultura. Perceber como historicamente tem havido transformações no que se diz sobre cada elemento do par natureza/cultura e mesmo sobre o tipo de relação estabelecido entre eles pode ser uma das chaves principais para se entender o funcionamento do que chamamos de sociedade moderna. Considerando esse aspecto, a antropologia histórica ou que lida com objetos e processos históricos mais distantes no tempo tem, sem sombra de dúvidas, uma característica e um potencial analítico antropológicos, em sentido estrito. Esse potencial pode ser usado para distingui-la da antropologia que se baseia no trabalho de campo tradicional. Mas é também aquilo que marca a sua filiação legítima à tradição antropológica, na medida em que compartilha das questões a respeito do entendimento da vida em sociedade que originaram e que sustentam a busca desse saber.

Neste trabalho, tenta-se expor como essa questão da diferença sexual permeia a medicina da época em vários âmbitos. No capítulo 1, é apresentado o debate em torno

da diferença sexual e o contexto de seu surgimento, considerando em especial os desenvolvimentos da medicina no século XIX e os dilemas colocados pelas tentativas de emancipação feminina. No capítulo 2 é mostrada como a questão da diferença tornou-se um dos argumentos fundamentais em torno dos quais se deu a criação da ginecologia, uma especialidade médica dedicada à mulher e que não tem um correspondente para o caso do homem. Além de evidenciar a importância do debate em torno da diferença, esse capítulo também tem a função de apresentar os dados que permitem contextualizar a atuação médica no período. Nesse sentido, é traçado um panorama do interesse da medicina pela mulher e do surgimento de uma prática e conhecimento obstétrico-ginecológico, com destaque para o quadro de institucionalização das especialidades médicas ligadas à mulher e à reprodução no Brasil. Também se procura mostrar como tais especialidades, ao mesmo tempo em que adquiriam prestígio, eram passíveis de grandes suspeitas, em razão da delicadeza moral implicada nos seus objetos de intervenção. Ainda é feita referência ao fato de que a entrada da mulher na profissão médica em muito tem a ver com todas essas questões. No capítulo seguinte, ingressa-se no âmbito do discurso médico oficial e normativo, por meio da análise de livros, artigos e principalmente das teses produzidas na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro que tocam na questão das distinções entre os sexos – a partir da análise de temas como puberdade, menstruação, menopausa, sexo e casamento – e nas perturbações – como as chamadas psicoses menstruais, a clorose e a histeria – relacionadas com o rompimento da rígida fronteira que separaria homens e mulheres. Também são destacadas as formas de tratamento sugeridas para esses tipos de desordens que afetam a economia corporal feminina. A maneira como todos esses argumentos são acionados em um caso concreto é o objeto do capítulo 4. Nele são apresentados os acontecimentos em torno das polêmicas públicas envolvendo o médico Abel Parente, acusado, entre outras coisas, de enlouquecer e desvirtuar as mulheres a partir do uso de um método de esterilização. Para além de uma análise das disputas envolvendo o campo profissional médico – tema que não é objeto deste estudo –, o que se faz nesse capítulo é ilustrar como o ‘problema’ da ameaça a uma rígida distinção entre os gêneros serve de parâmetro para intervenções efetivas e mesmo dramáticas na vida das pessoas. E por fim, no capítulo 5 é retomada a discussão a respeito do estatuto da diferença sexual, que se apresenta ao mesmo tempo como natural, instável e perigosa.



Este trabalho tem origem em minha tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social/Museu Nacional/Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) em 2000, sob a orientação de Luiz Fernando Dias Duarte. Além dos agradecimentos já mencionados na primeira edição deste livro, gostaria de acrescentar uma referência aos colegas e alunos do Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, em especial a Jane Araújo Russo e a Sergio Carrara.

Aproveito para mencionar que alguns acréscimos feitos nesta nova edição, especialmente nesta apresentação e nos capítulos 3 e 5, têm origem em trabalhos publicados sob a forma de artigos.¹²

NOTAS

- 1 Sobre esse ponto, vale lembrar a discussão de Lévi-Strauss, apresentando a obra de Mauss, acerca do caráter tridimensional do fato social total que: “Deve coincidir a dimensão propriamente sociológica com os seus múltiplos aspectos sincrônicos; a dimensão histórica, ou diacrônica; e, finalmente, a dimensão fisio-psicológica” (1974:14). Na sequência do texto, Lévi-Strauss considera que, no estudo do todo social através de experiências concretas, deve-se levar em conta as implicações do fato de que “toda interpretação deve fazer coincidir a objetividade da análise histórica ou comparativa com a subjetividade da experiência vivida” (1974:15). E acrescenta que assumir a noção de fato social total significa compreender que o observador também é parte integrante de observação que realiza (1974:16).
- 2 Para um panorama dos principais autores e referências que historicamente enfatizaram as bases da etnografia e sua importância para a antropologia, ver Peirano (1995:cap. 2) e Van Maanen (1996).
- 3 Parece que existem disponíveis muito mais trabalhos de historiadores do que de antropólogos que têm considerado a aproximação entre história e antropologia. No primeiro caso, pode-se recorrer a Le Goff (1998), Burke (1992) e Hunt (1995a), para dar alguns exemplos de trabalhos que, considerando os intervalos de tempo de suas publicações, são representativos desse debate em diferentes momentos. Para um exemplo do debate do ponto de vista da antropologia produzida no Brasil, ver Schwarcz e Gomes (2000). É bom lembrar que o fato de se ter com mais frequência trabalhos produzidos por historiadores – o que deve expressar uma preocupação diferenciada – revela que talvez as transformações produzidas pela incorporação de uma perspectiva antropológica naquela disciplina sejam mais significativas do que aquelas advindas do que a antropologia incorpora da história – o que, muitas vezes, parece se reduzir apenas à adoção de um tipo de objeto.
- 4 Citem-se como exemplos os trabalhos de Laget (1982), Knibiehler e Fouquet (1983), Gélis (1984), Thébaud (1986) e Fay-Salloy (1997).
- 5 Aqui está se falando do debate em torno da chamada ‘história das mulheres’ ou de uma história que assuma radicalmente a perspectiva relacional implicada nos estudos de gênero. Ver, sobre este ponto: Scott (1988), Perrot (1988, 1989, 1995), Tilly (1994), Varikas (1994) e Dias (1994).
- 6 Ver os trabalhos de Jordanova (1989), Kent (1990), Laqueur (1992), Martin (1992), Matus (1995), Russett (1995), Steinbrügge (1995), Moscucci (1996) e Muel-Dreyfus (1996).
- 7 Ver Foucault (1988, 1994), Léonard (1980), Veyne (1995), O’Brien (1995) e Hunt (1995b).
- 8 Para uma apresentação geral, ver Harding (1986), Harding e O’Barr (1987), Bleier (1991) e Schiebinger (2001). Uma série de trabalhos interessantes tem mostrado como a ciência, ‘natural’ ou ‘social’, incorpora valores e preconceitos, sobretudo relativos ao gênero, naquilo que oferece como produto de observações científicas ‘neutras’ e ‘objetivas’. Schiebinger (1994) mostra como a noção de ‘mamífero’ aplicada à espécie humana é produzida em um contexto de exaltação da natalidade e aleitamento. Fausto-Sterling (1992) afirma que, seja

privilegiando os hormônios na passagem do século XIX para o XX, seja enfatizando o cérebro, a ciência natural tem sempre buscado as bases científicas que definiriam a diferença entre homens e mulheres, desprezando como os papéis sociais e políticos interferem em suas descobertas. Hubbard (1990) segue a mesma linha de análise. Haraway (1978) discute o problema a partir da primatologia. Martin (1991) relata como mesmo no estudo dos gametas os estereótipos referentes ao que seja masculino e feminino estão presentes.

- 9 A magnitude dessa discussão foi merecedora de um novo trabalho de investigação, cujos resultados encontram-se em Rohden (2003a).
- 10 É importante lembrar que o termo raça, nesse debate, diz respeito menos ao que qualificaria uma suposta distinção entre o que seria uma ‘raça branca’ ou uma ‘raça negra’, referindo-se na maioria das vezes à idéia de ‘povo’ ou mesmo ‘espécie’. Utiliza-se, por exemplo, raça como sinônimo de povo ou espécie ao se falar do ‘aperfeiçoamento da raça/povo brasileiro’ ou do ‘futuro da raça/espécie humana’.
- 11 Ver Rohden (2003a).
- 12 Rohden (2002, 2003b, 2003c, 2004, 2005).